

## PARENTALIDADE E BEM-ESTAR EMOCIONAL: COMO O MODO DE SER PAI/MÃE PODE IMPACTAR A SAÚDE EMOCIONAL DO FILHO

Vittória Bazeth França<sup>1</sup>  
Mariana Fernandes Ramos dos Santos<sup>2</sup>  
Camila Medina Nogueira Moço<sup>3</sup>

**RESUMO:** As mães e os pais dizem, frequentemente, que ser mãe ou pai é a melhor e mais difícil tarefa do mundo. A parentalidade se desenvolve e se transforma conforme as necessidades, características e desejos dos filhos e das mães/pais, mas pode sempre impactar de forma significativa, positiva ou negativa, o desenvolvimento dos filhos. Levando em conta de como a forma de exercer a parentalidade pode impactar de forma negativa na saúde emocional do filho, há necessidade de mais pesquisas sobre a qualidade de vida dos mesmos. Dessa forma, esse estudo objetiva investigar a relação entre parentalidade e o bem-estar emocional do filho tendo enfoque na Terapia Cognitivo-Comportamental e a Terapia dos Esquemas. Inicialmente foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre o tema, usando os descritores “parentalidade” e “bem estar emocional”. Em seguida, a busca foi refinada para “parentalidade” e “terapia dos esquemas”, contemplando as bases de dados do Google Acadêmico e Scielo. Por fim, espera-se compreender novas estratégias de parentalidade para uma melhor qualidade de vida dos filhos.

**Palavras-chave:** Parentalidade. Terapia dos Esquemas. Bem Estar Emocional.

250

### INTRODUÇÃO

Diferentes perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento humano reportam a influência do contexto no desenvolvimento do indivíduo (Bronfenbrenner, 1996). Em especial, a família vem sendo amplamente estudada no campo das ciências humanas ao longo das últimas décadas, vista como o primeiro e mais importante contexto interpessoal para o

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Psicologia da Uniredentor Afya.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia (UCP); Psicóloga (Formação, Bacharel e Licenciatura); Terapeuta Cognitivo Comportamental; Neuropsicóloga; Neuropsicopedagoga; Pós Graduada em Psiquiatria; Pós Graduada em Saúde Mental; Especialista em Reabilitação Neuropsicológica; Especialização em Terapia Ocupacional na Saúde Mental; Especialização em Psicologia Positiva; Especialização em Terapia Familiar; Docente e Supervisora UNIRENENTOR/AFYA; Psicóloga do Ambulatório Ampliado de Saúde Mental; Psicóloga do CAASSITA – Centro de Atendimento aos Autistas da Secretária de Itaperuna.

<sup>3</sup>Psicóloga Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental em Gestão Estratégica de Recursos Humanos; Docente no curso de Psicologia da Uniredentor Afya.

desenvolvimento humano (Boing, Crepaldi, & Moré, 2008; Bronfenbrenner, 1996; Minuchin, 1995).

A relação que os pais estabelecem com os filhos é essencial para o desenvolvimento humano, pois é nela que criamos nossa identidade. Dessa forma, o papel da família é fazer com que a criança desenvolva as habilidades e estratégias essenciais para que cresça e conviva de maneira saudável na sociedade (Toni & Pazzetto, 2019).

O contexto familiar é considerado o lugar privilegiado para a promoção da educação infantil. É o primeiro ambiente do qual o indivíduo participa, aprendendo regras e modo de se relacionar. A família é que vai mediar a relação do indivíduo com o mundo, provendo apoio afetivo e material. De acordo com Martins (2009), a base necessária para a socialização dos filhos é de responsabilidade dos pais, que devem proporcionar aos filhos um ambiente incentivador e seguro no qual possam se desenvolver. Dessa forma, quando a família consegue oferecer a seus membros cuidado, carinho, atenção, diálogo, autonomia, empatia, afetividade, aceitação, e liberdade, ela passa a funcionar como uma importante fonte suporte, indispensável ao desenvolvimento saudável de seus integrantes.

Entretanto, em alguns casos, a família pode representar um ambiente tóxico, gerando sofrimento. De acordo com o Journal of Family Psychology (2016), frequentemente, esses pais 251 afetam negativamente a saúde mental dos filhos, evidenciando que até mesmo uma simples “surra” pode ter consequências graves; há dinâmicas em que as crianças são expostas a situações de estresse, angústia, humilhação ou vulnerabilidade. São situações difíceis, cujo peso pode ser sentido ainda na idade adulta.

A pesquisa justifica-se em razão do aumento de problemas relacionados à saúde emocional dos filhos, tendo em vista que as pessoas não são iguais, cada um vive dentro da sua subjetividade e que, com isso, pode-se observar impacto na criação, o que pode gerar problemas futuros. Espera-se que esse estudo possa esclarecer por que o comportamento dos pais interfere na saúde emocional dos filhos, proporcionando entendimento por parte dos pais, acadêmicos e profissionais da psicologia acerca da temática, além da elaboração de futuros trabalhos que permeiem esse tema.

O presente artigo, tem como objetivo geral apresentar a influência dos pais em relação ao impacto causado na saúde emocional dos filhos. Levando em consideração os objetivos

específicos, pretende-se relatar o papel da família na promoção de saúde mental, descrever o papel da família no desenvolvimento emocional infantil e o que sucede se esses vínculos não forem supridos, além de identificar problemas emocionais e comportamentais em crianças no contexto familiar, bem como compreender o papel da teoria dos esquemas diante da parentalidade e, por fim, o bem estar emocional dos filhos e apresentar e discutir os estilos parentais.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura, caracterizada como um processo, que reúne e avalia diversos estudos de maneira organizada. O foco foi voltado às produções científicas em língua portuguesa, disponibilizadas pela base de dados do Google Acadêmico e Scielo. Os descritores utilizados foram parentalidade e bem estar emocional; terapia cognitivo comportamental e parentalidade; terapia dos esquemas e parentalidade; parentalidade e saúde emocional dos filhos. Os artigos serão selecionados mediante sua relevância e produção crítica, dando preferência aqueles que foram publicados nos últimos 14 anos, sendo o mais antigo publicado em dezembro de 2009. Numa segunda etapa desta revisão bibliográfica, também serão incluídas produções encontradas nas referências 252 bibliográficas das produções consultadas, a fim de encontrarmos materiais que não foram selecionados nessas bases de dados.

### O papel da família na promoção da saúde mental

A família é a base da sociedade, sendo um núcleo fundamental de toda organização social, sendo assim alvo importante de especial proteção do estado, conforme redação constante no art. 226 da Constituição Federal de 1988: “Art 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do estado.”

O título de uma publicação do UNICEF evidencia a importância da família – Família Brasileira: A base de tudo. Como relatam seus editores, “não resta dúvida de que a situação de bem-estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável”. Por esse motivo, percebem “a convivência familiar

como um aspecto essencial de seu desenvolvimento e como um direito inalienável” (Kaloustian, 1884).

A família é um lugar de acolhimento e de proteção, onde as pessoas aprendem a ser bons cidadãos desde a infância e são cuidados ao longo de toda a vida. Em seu seio pode ter lugar tanto o melhor como o pior dos sentimentos humanos (Nuñez, 2008).

Entretanto, cada vez mais nos deparamos com crianças com disfunções que sugerem terem passado por graves deficiências em seu desenvolvimento, supostamente em etapas nas quais a família deveria ter sido sua principal promotora. Dessa forma se faz necessário discorrer sobre o papel da família no desenvolvimento emocional infantil e o que acontece se esses vínculos não forem supridos.

### **O papel da família no desenvolvimento emocional infantil e o que sucede se esses vínculos não forem supridos**

A psicóloga Luciana Escarmanhani (2015) ressalta que a família é o primeiro grupo de convivência e, através dela, a criança aprende a se relacionar afetivamente, a ter autopercepção, a interagir com o outro, a vivenciar as alegrias e as tristezas, o amparo e o refúgio, o incentivo e o apoio, entre outras emoções e sensações.

253

O pai e a mãe, ou outro cuidador, é quem dá à criança a primeira experiência de relação afetiva. De acordo com John Bowlby (1969), autor da Teoria do Apego, os bebês nascem com uma tendência inata a criar fortes elos emocionais com seus provedores de cuidados, sendo que estas relações possuem um valor de sobrevivência, trazendo atenção de todas as espécies ao bebê. Tal vínculo é essencial para o desenvolvimento e formação psicossocial da criança, trazendo segurança e conforto e possibilitando o desenvolvimento do comportamento de exploração, fundamental no processo de aprendizagem.

Segundo a psicóloga clínica Elaine Ribeiro dos Santos (2018), a forma como os pais se relacionam com seus filhos ajudará num desenvolvimento emocional favorável para os desafios da vida. O suporte ou a falta dele, a presença ou a falta dela, a forma como elogiam ou deixam de elogiar, tudo isso contribuirá, positiva ou negativamente no desenvolvimento da personalidade de uma pessoa.

## Os problemas emocionais e comportamentais na infância

Os problemas emocionais e comportamentais são definidos como padrões sintomáticos, caracterizados por excessos ou *déficits*, que causam prejuízos ao próprio indivíduo e/ou às pessoas que convivem com ele (Bolsoni-Silva & DelPrette, 2003). Atualmente há diferentes formas de definir e compreender esses problemas não havendo um consenso na literatura. Segundo Achenbach (2001), eles podem ser classificados como internalizantes ou externalizantes. Os problemas internalizantes envolvem preocupação em excesso, retraimento, tristeza, insegurança e costumam ser manifestados por meio de transtornos depressivos, de ansiedade, queixas psicossomáticas e isolamento social. Esses tipos de problemas tendem a acontecer no âmbito privado e por isso são mais dificilmente observados pelos cuidadores. Já os problemas externalizantes são manifestados no ambiente e por isso mais facilmente percebidos; incluem impulsividade, agressividade, hostilidade, hiperatividade, oposição, desobediência aos limites expostos, e comportamentos delinquentes. Estudos mencionam a alta prevalência de problemas emocionais e comportamentais na infância (Anselmi, Fleitlich-Bilyk, Menezes, Araújo, & Rohde, 2010; Borsa, Souza, & Bandeira, 2011; Feitosa, Ricou, Rego, & Nunes, 2011) e alertam para o impacto negativo destes comportamentos ao longo do desenvolvimento, já que dificultam a adaptação da criança ao ambiente, interferindo no seu desenvolvimento psicossocial (Fleitlich & Goodman, 2002; Gonçalves e Murta, 2008; Homem, Gaspar, Azevedo & Canavarro, 2013).

254

A literatura tem se dedicado a entender que variáveis individuais e contextuais estão associadas ao desenvolvimento dos problemas emocionais e comportamentais na infância (Assis, Avanci & Oliveira, 2009; Bordin et al., 2009). Além das características individuais (por exemplo, temperamento, personalidade e habilidades cognitivas, entre outros), as relações familiares podem atuar como importantes fatores de risco ou de proteção para o desenvolvimento (Marturano & Elias, 2016, Teodoro et al., 2014; Teodoro, Cardoso, & Freitas, 2010; Vilela, Silva, Grandi, Rocha, & Figlie, 2016). Entende-se por fatores de proteção, as variáveis que favorecem o desenvolvimento saudável, mesmo quando a criança vivencia eventos estressores ou negativos. Já os fatores de risco são características que expõem a criança a resultados adversos, impactando de forma negativa seu desenvolvimento (Assis et al., 2009; Gauy & Rocha, 2014).

Famílias com interações satisfatórias e adequadas podem ser consideradas como importantes fatores de proteção para o desenvolvimento (Sá, Bordin et al., 2010; Petrucci et al., 2016; Zappe & Dell' Aglio, 2016). De outro lado, eventos familiares negativos, como presença de conflitos, abuso e substâncias, entre outros, são considerados importantes fatores de risco, sobretudo para a ocorrência de problemas comportamentais e emocionais na infância (Murray, Anselmi, Gallo, Fleitlich, & Bordin, 2013; Vilela et al., 2016).

Vale ressaltar que os distúrbios emocionais que ocorrem mais frequentemente nas crianças são falta de empatia, no qual não conseguem reconhecer as emoções das outras pessoas e apresentam grande dificuldade de entender por que os outros se sentem assim; depressão, na qual altera muito o comportamento das crianças, assim como o seu humor, o desempenho escolar, a resposta a estímulos externos e o seu relacionamento interpessoal; ansiedade, embora seja um mecanismo de defesa contra uma ameaça ou perigo, em excesso ou em situações injustificadas pode causar irritabilidade, nervosismo e agitação; intolerância à frustração, compreendida como a impossibilidade de aceitar regras, normas ou situações que não são convenientes para elas, tendo a raiva e a agressividade como via de manifestar a insatisfação; fobias, medos excessivos e causam grandes complicações que afetam a estabilidade mental e a vida social; transtorno do pânico, situações de medo intenso, acompanhadas por sintomas físicos muito angustiantes, como por exemplo, falta de ar, aperto no peito, coração acelerado, tremores e suor intenso. 255

O estudo de Whittaker, Harden, See, Meische Westbrook (2011) investigaram o efeito das características da família sobre o desenvolvimento da competência socioemocional na infância. Os resultados indicaram que a presença de conflito familiar influenciou o estresse parental e impactou na qualidade da relação efeito com os filhos. Já o estudo de Marturano e Elias (2016) testou um modelo de predição de problemas de comportamento em crianças, tendo como variáveis preditoras apoio e adversidade familiar. Os resultados apontaram a relação da adversidade familiar e os problemas internalizantes e externalizantes das crianças. Em especial, duas modalidades de apoio familiar (rotina regular no dia a dia e atividades de lazer no tempo livre) parecem implicadas na atenuação desses problemas. De forma geral, a rotina é uma forma de ensinar valores e de melhorar o comportamento, impulsionando o senso de empoderamento e desenvolvimento de habilidades, como autonomia, controle emocional, pertencimento e

concentração infantil. Já o estímulo por meio de atividades de lazer permite a criança testar suas habilidades e descobrir grande parte do seu potencial, possibilitando o despertar de estímulos que tanto contribuirão para o desenvolvimento físico, pessoal e intelectual.

### **A teoria dos esquemas diante da parentalidade e o bem estar emocional dos filhos**

De acordo com o diretor do Instituto Paranaense de Terapia Cognitiva - IPTC, Salmo Zugman (2011), a teoria dos esquemas (TE) é uma abordagem integrativa, sistemática e estruturada. Seu início foi como uma extensão da teoria cognitiva para o tratamento de personalidades, mas desde então desenvolveu uma identidade própria. Ela se dedica à compreender os padrões mal adaptativos complexos de longa duração e dá maior consideração a fatores atuantes na infância, muitas vezes já presentes durante o período pré-verbal.

De acordo com Beck, um dos pioneiros no campo da psicoterapia cognitivo-comportamental, “qualquer princípio organizativo amplo que um indivíduo use para entender a própria experiência de vida pode ser considerado um esquema.” (Beck, 1967 apud, Young; Klosko; Weishar, 2008, p. 22). Ainda, segundo Knapp et al. (2004), esquemas podem ser entendidos como estruturas cognitivas compostas por crenças - conceitos enraizados que os indivíduos possuem acerca de si mesmo, das pessoas e do mundo. 256 Todavia, o conceito de esquemas de Young é mais amplo, por incluir emoções, sensações corporais, memórias (Young; Klosko; Weishar, 2008).

A teoria do esquema tem base na teoria do apego ou da vinculação, de acordo com John Bowlby. A teoria ressalta a importância de um recém-nascido estabelecer um relacionamento com um cuidador primário para que seu desenvolvimento social e emocional ocorra normalmente. De acordo com Jeffrey Young (1990), surgem as patologias básicas de personalidade quando necessidades emocionais básicas não são atendidas na infância. No modelo da TE, são cinco os domínios emocionais explicados pelo modelo: desconexão/rejeição, autonomia e performance prejudicadas, estabelecimento prejudicado de limites, orientação para terceiros e hipervigilância/inibição.

Salmo Zugman cita os esquemas foco da TE, que são chamados de Esquemas Iniciais Desadaptativos (EID). Eles são formados a partir da interação entre o temperamento pessoal com um ambiente que não atende necessidades emocionais básicas. São padrões emocionais e

cognitivos responsáveis por processos de funcionamento da personalidade, definidos como crenças e sentimentos tomados como verdades sobre si e o mundo. Eles compreendem memória, emoções, cognições, sensações corporais e são disfuncionais em um grau significativo.

Os EIDs aparecem quando os pais ou outros cuidadores primários são reconhecidos como emocionalmente frios, imprevisíveis, hostis ou invasivos. Os padrões cognitivos formados são derrotistas, resistentes e com papel formador na identidade. De acordo com Paim e Rosa (2016), quanto mais cuidados amorosos dos pais as crianças receberem e mais saudável for o ambiente o qual está inserido, melhores serão as habilidades de conexão e autocuidado que esse sujeito irá possuir ao enfrentar estresses na vida adulta.

Desta forma, o papel da família é imprescindível na formação da personalidade da criança e na sua capacidade de desenvolver altos níveis de resiliência para lidar com as dificuldades que aparecerão no decorrer da sua vida (Wainer, 2016). Assim, para que haja uma “base segura” e estabilidade emocional na vida deste indivíduo, é necessário que os responsáveis por ele sejam presentes em relação a doses de apego, carinho, segurança, conforto emocional e capacidade de acalmar as ansiedades e impulsividades (Paim; Rosa, 2016, p.16).

Por outro lado, crianças negligenciadas podem desenvolver tipos de estresse precoces. 257  
Em relação às negligências, Petersen e Wainer (2011), listam aquelas referentes às necessidades básicas como alimentação, higiene, moradia além de proteção, afeto e empatia. Esta última, por muitos considerada secundária ou mesmo supérflua, tem demonstrado possuir influências significativas com relação a quadros psicopatológicos severos nos sujeitos.

Segundo Martins (2011) o estresse precoce, seja na forma de negligência, de violência ou déficits nos cuidados e necessidades básicas, desencadeiam sequelas psicológicas, como agressividade, dificuldade de interação, tendência ao isolamento, depressão, baixa autoestima, e ampliam expressivamente as chances de os jovens desenvolverem comportamentos psicopatológicos na vida adulta.

Paim e Rosa (2016) destacam, os esquemas parentais, adaptativos ou desadaptativos, podem contribuir para a efetivação de um ambiente supridor ou privativo, respectivamente. Assim, em alguns casos é importante que os pais realizem terapia individual para o



desenvolvimento saudável da criança, assim buscando um equilíbrio em relação às necessidades das crianças e suas próprias necessidades.

Um ambiente supridor possibilita que a criança expresse espontaneamente suas necessidades e emoções interessando-se de forma empática e genuína. Paim e Rosa (2016, p. 152) oferecem exemplos de atitudes parentais reparadoras quanto a espontaneidade e lazer: “ter momentos familiares felizes e de lazer, mostrando a ela que não é errado se divertir e ser espontâneo. Brincar com o filho, servindo como modelo de diversão e espontaneidade. Demonstrar sentimentos e emoções”.

Dessa forma, a parentalidade é exercida sob influência da estruturação de personalidade das figuras parentais – esquemas, apegos. Nesse sentido, verifica-se que a terapia do esquema pode auxiliar no desenvolvimento saudável da criança, ao identificar ambientes que não suprem suas necessidades e auxiliar as figuras parentais nesse empreendimento, sendo importante considerar o meio que a família está inserida.

### **Estilos parentais**

Há décadas, pesquisadores têm se perguntado sobre os padrões comportamentais dos pais e o que eles provocam nos filhos. O modelo determinado por Diana Baumrind (1966) é 258 vastamente utilizado até os dias de hoje. A autora estabeleceu os estilos parentais como o conjunto de atitudes e práticas dos pais em relação aos filhos que caracteriza a natureza da interação entre eles. Tal proposta considera simultaneamente aspectos emocionais e comportamentais da conduta parental (Baumrind, 1967). Os valores e as crenças parentais, somados ao temperamento da criança, definem o estilo parental. Baumrind nomeou três estilos parentais: autoritativo, autoritário e indulgente (Baumrind, 1966). Mais tarde, Maccoby e Martin (1983) incluíram um quarto estilo parental, chamado de negligente.

Em relação à caracterização dos estilos, PAIS AUTORITATIVOS encorajam a liberdade e a autonomia e são responsivos às necessidades e às opiniões dos filhos. De acordo com Baumrind (1971), seus padrões de comportamento são pautados no respeito à individualidade dos membros da família, sendo um reflexo da abertura para o diálogo e da promoção da autonomia. Os pais prestam controle quando necessário, porém não punem os filhos através de privações rígidas. Além disso, encorajam verbalizações, explicam o porquê das

atitudes de controle e são claros em relação a suas expectativas (Baumrind, 1978; Prativa & Deeba, 2019). Pais autoritativos favorecem no desenvolvimento de competência psicossocial, apresentem boa autoestima e bem estar psicológico (Boeckel & Sarriera, 2006; Costa, Teixeira, & Gomes, 2000; Hock et al., 2018). De acordo com uma revisão da literatura sobre a relação entre estilos parentais e comportamentos de risco em adolescentes, identificou-se menor uso de drogas, ideação suicida e autolesão em filhos de pais autoritativos. Verificou-se, também, uma relação negativa entre apoio emocional dos pais e depressão em adolescentes.

PAIS AUTORITÁRIOS agem de forma rígida, impõem regras, não instigam o diálogo e limitam a capacidade de autorregulação dos filhos (Glasgow et al., 1997; Prativa & Deeba, 2019). Além disso, são demandantes e diretivos, mas tendem a não ser respondentes às necessidades emocionais dos filhos (Givertz & Segrin, 2014). Refere-se a um estilo parental controlador, frustrante e punitivo, o que pode produzir altos níveis de medo, raiva e retraimento social nos filhos (Trumpeter, Watson, O'Leary, & Weathington, 2008). Em consequência disso, crianças e adolescentes cujos pais são autoritários apresentam maior risco de desenvolver depressão, ansiedade e fazer uso abusivo de substâncias. Pais autoritários podem utilizar punições físicas sob a justificativa de controlar, educar e disciplinar os filhos (Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003). O uso da "palmada", considerada a forma mais 259 comum de punição física, ainda é normalizado em muitos contextos sociais. No entanto, são experiências que geram dor física e emocional, o que desenvolve prejuízos no desenvolvimento e na saúde das crianças (Gershoff, 2013; Turner & Finkelhor, 1996). Com o decorrer do tempo, a experiência de sofrer violência por alguém que a criança ama e de quem depende pode provocar sentimentos de desconfiança e prejudicar o estabelecimento de relações saudáveis com outras pessoas (Gershoff, 2016).

As dificuldades para impor limites e fazer exigências aos filhos são características de PAIS INDULGENTES (Costa et al., 2000; Prativa & Deeba, 2019). O estilo parental indulgente, também chamado de permissivo, é conhecido pela flexibilidade e evitação de conflitos (Givertz & Segrin, 2014). Pais indulgentes não reconhecem ou corrigem maus comportamentos. Além disso, não são claros em relação a suas expectativas (Prativa & Deeba, 2019). Filhos de pais indulgentes podem criar autonomia e apresentar boa autoestima, entretanto, em virtude do baixo nível de monitoramento parental, tendem a apresentar

problemas relacionados a hiperatividade, comportamento agressivo e abuso de substâncias (Glasgow, Dornbush, Troyer, Steinberg, & Ritter, 1997).

A falta de engajamento na vida dos filhos e de interesse em oferecer assistência emocional é característica de PAIS NEGLIGENTES (Maccoby & Martin, 1983). A negligência envolve o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes, prejudicando sua competência social e aumentando a ocorrência de depressão, ansiedade e somatizações (Steinberg, Lamborn, Darling, Mounts, & Dornbusch, 1994). De acordo com a literatura, adolescentes criados por pais negligentes apresentam uma tendência maior de demonstrar estratégias desadaptativas de realização acadêmica, caracterizadas por comportamentos irrelevantes e passividade, os quais inibem o sucesso acadêmico (Pinquart, 2016; Masud, Thurasamy, & Ahmad, 2014; Weber, Brandenburg, & Viezzer, 2003). Além disso, apresentam maior risco de fazer uso de drogas ilícitas (Montoya, Castañeda, & Álvarez, 2016; Newman et al., 2008).

Estudos recentes têm mostrado que o ambiente familiar pode ser uma fonte importante de estresse e afetar a estrutura e a funcionalidade do cérebro das crianças (Gershoff, 2016; Shonkoff et al., 2012). Relações entre pais e filhos marcadas por tensões e violência são identificadas como particularmente prejudiciais (Gershoff, 2016). Quando uma criança 260 vivencia uma situação assustadora ou ameaçadora, há um aumento de seus batimentos cardíacos, secreção de hormônios do estresse, maior fluxo de sangue para o cérebro e a sensação de vigilância e medo (Shonkoff, Boyce, & McEwen, 2009). Se ela puder contar com o suporte de um adulto, irá se tornar capaz de regular suas emoções e aprender formas efetivas de lidar com a situação que gerou estresse. Entretanto, se a resposta ao estresse for ativada repetidas vezes e não houver o suporte de um adulto, tais experiências podem levar a consequências negativas. Crianças frequentemente expostas a situações que simbolizam ameaça podem ter dificuldades de memória e regulação das emoções, bem como aumento das respostas de medo (Gershoff, 2016). Em longo prazo, tais alterações podem ser a origem de doenças relacionadas ao estresse (Shonkoff et al., 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto buscou destacar a importância da saúde mental dos filhos em relação aos pais e no âmbito familiar. O estudo encontrou, por meio de revisão bibliográfica, diversos

posicionamentos e experiências de profissionais e acadêmicos de psicologia no trabalho da saúde mental infantil e da participação familiar, que, de maneira contundente, trouxeram uma abrangência fundamental para a pesquisa.

A família é considerada o primeiro contexto de interação da criança, podendo atuar como fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento, dependendo da qualidade dos seus processos proximais. Os fatores positivos do clima familiar (apoio e coesão) relacionaram-se negativamente com os problemas infantis, enquanto os fatores negativos relacionaram-se positivamente com tais problemas, corroborando a relação entre a qualidade dos processos proximais e os efeitos de competência ou disfunção (Leme et al., 2015).

Vale ressaltar a escassez de estudos em nível nacional que tivessem como foco principal a relação entre estilos parentais e maus-tratos contra crianças. Em relação à produção brasileira, Cecconello e colaboradores (2003) realizaram uma revisão de literatura sobre práticas parentais e estilos parentais no contexto familiar com o objetivo de analisá-los como fatores potenciais de proteção ou risco para o abuso físico. Gomide (2003, 2006, 2011), compreende que os estilos parentais têm o objetivo de educar, socializar e controlar o comportamento das crianças.

Desta forma, compreende-se que investir na qualidade das relações familiares pode permitir com que seus membros se sintam mais acolhidos, seguros e felizes para enfrentar as 261 demandas ambientais, permitindo o desenvolvimento de comportamentos funcionais e adaptativos. Além disto, intervenções psicoeducativas que visem capacitar os pais sobre como educar seus filhos e como manejar os problemas intrafamiliares podem aumentar a qualidade de vida dos membros da família, resultando em crianças mais preparadas para conviver harmoniosamente em sociedade.

## REFERÊNCIAS

BORDMAN, Grazieli Freitas; COSTA, Guilherme; MENDES, Luisa Kraus; PAULA, Rutielle Katiane de; EHRLICH, Vanessa Cristina; MICHELS, Maikon de Sousa. O Exercício Da Parentalidade Sob O Olhar Da Terapia Do Esquema E Outras Contribuições Teóricas. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 11, n. 3, p. 41-58, 2019. ISSN 2176-3070.

ESCARMANHANI, Luciana. **O Papel da Família no Desenvolvimento Emocional das Crianças** [Internet]. [place unknown]; 2015 [cited 2022 Nov 17]. Available from: <https://www.lucianaescar.com.br/o-papel-da-familia-no-desenvolvimento-emocional-das-criancas/>.

KUSIAK, Glenda dos Santos; MELLO, Luana Thereza Nesi de; ANDRETTA, Ilana. **Empatia e práticas parentais: a importância dos pais se colocarem no lugar dos filhos.** *Aletheia* v.52, n.2, p.8-20 jul./dez. 2019

Leusin, Petrucci, & Borsa (2018). Clima Familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância. **Rev. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, vol.19 no.1 Ribeirão Preto Jan./Jun. 2018

LAWRENZ, Priscila; ZENI, Luísa Cortellet; JURYARNOUD, Thaís de Castro; FOSCHIERA, Laura Nichele; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Estilos, Práticas ou Habilidades Parentais: Como Diferenciá-los? **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, vol.16 no.1 Rio de Janeiro jan./jun. 2020

**O QUE É A TERAPIA DO ESQUEMA.** Disponível em: <https://iptc.net.br/o-que-e-a-terapia-do-esquema/>. Acesso em: 9 maio 2023.

**Problemas emocionais nas crianças** [Internet]. [place unknown]; 2018 Mar 14. [cited 2022 Nov 17]; Available from: <https://soumamae.com.br/problemas-emocionais-nas-criancas/>.

RAMIRES, Vera Regina Röhnelt; BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz; SILVA, Fernanda Janaína Lima; FLORES, Gustavo Gazzana. **Saúde Mental de Crianças no Brasil: Uma Revisão de Literatura.** Dezembro, 2009.

**Saúde mental das crianças e influência parental.** Disponível em: <https://www.cm-mcavaleiros.pt/salute-mentale-dei-figli-e-influenza-dei-genitori>. Acesso em: 1 set. 2022.